



Artigo original

# Dispositivos literários racistas na literatura canônica brasileira e estratégias de rompimento contra eles

Sally Cheryl Inkpin\*

## RESUMO

A nação brasileira conquistou a sua independência num momento de rivalidade colonial, quando o apelo ao fim da escravidão estava ligado à luta por novos mercados e mais recursos. Não por coincidência, houve uma adesão ampla e global a uma compreensão racista da humanidade que justificava as invasões europeias. Os discursos raciais reinantes infiltraram-se nas obras do círculo literário, romântico, brasileiro, que procurava unir o país, utilizando diversas estratégias literárias. Um dispositivo central foi a mestiçagem dos personagens ao mesmo tempo em que se exaltavam as vitórias e qualidades do branco, contribuindo, assim, para a edificação da branquitude. Analisamos a trajetória desses dispositivos literários desde a época romântica, culminando o artigo com uma comparação das obras *Tenda dos milagres* (AMADO, 1969) e *Um defeito de cor* (GONÇALVES, 2007) na pós-modernidade.

**Palavras-chave:** branquitude; racismo; literatura brasileira; literatura canônica; literatura negro-brasileira

## Racist Literary Devices in Canonical Brazilian Literature and Strategies to Rebel Against Them

## ABSTRACT

The Brazilian nation gained its independence amid colonial rivalry when the call to end slavery was linked to the battle for new markets and more resources. Not coincidentally, there was broad, global adherence to a racist understanding of humanity which justified the European invasions. The racial conceptions of the time contaminated the works of the Brazilian romantic literary circle that sought to unite its country using diverse literary strategies. One of the principal devices used was the miscegenation of their characters, while

---

\* Universidade do Estado da Bahia / Departamento de Ciências Humanas, Salvador, BA – Brasil. E-mail: [sinkpin@uneb.br](mailto:sinkpin@uneb.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3094-231X>.

at the same time exalting white achievement and qualities, contributing to the edification of white privilege. This paper analyzes the development of these literary devices from the romantic period, culminating with a comparison of Jorge Amado's *Tent of Miracles* (1969) and Ana Maria Gonçalves's *A Color Defect* (2007) in the postmodern period.

**Keywords:** White Privilege; Racism; Brazilian Literature; Canonical Literature; Black Brazilian Literature

## Dispositivos literarios racistas en la literatura canónica brasileña y estrategias para romperlos

### RESUMEN

La nación brasileña conquistó su independencia en un momento de rivalidad colonial, cuando el apelo al fin de la esclavitud estaba relacionado a la lucha por los nuevos mercados y más recursos. No por coincidencia, hubo una adhesión amplia y global a una comprensión racista de la humanidad que justificaba las invasiones europeas. Los discursos raciales reinantes se infiltraron en las obras del círculo literario, romántico, brasileño, que buscaba unir el país, utilizando diversas estrategias literarias. Un dispositivo central fue la mestización de los personajes y al mismo tiempo se exaltaban las victorias y cualidades del blanco, contribuyendo de esta manera para la edificación de la blanquitud. Analizamos la trayectoria de estos dispositivos literarios desde la época romántica, culminando el artículo con una comparación de las obras *Tenda dos milagres*, de Jorge Amado (1969) y *Um defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves (2007) en la Posmodernidad.

**Palabras clave:** blanquitud; racismo; literatura brasileña; literatura canónica; literatura negro-brasileña

“A história é escrita pelos vitoriosos” é um ditado bem conhecido e nos instiga a lembrar que quem ganha a batalha se torna o herói do dia, enquanto o vencido não terá a oportunidade de contar seu lado. Certos detalhes deixarão de ser contados pelos vitoriosos, enquanto outros gloriosos serão revelados, exagerados e até fabricados. Na produção de seu texto, o historiador precisa escolher o estilo e o tom adequados para descrever os acontecimentos que narra, caso contrário, o que é trágico pode parecer cômico. A compreensão do leitor é condicionada por tradições retóricas que foram se desenvolvendo ao longo dos séculos e que criaram expectativas em relação ao desenvolvimento e eventual resultado de uma estória (WHITE, 1994). Aprofundando suas observações sobre o discurso histórico, White adiciona:

os acontecimentos são convertidos em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e ponto de

vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante – em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou uma peça (WHITE, 1994, p. 100).

A literatura e a história compartilham muitas características em relação a seus estilos retóricos, estratégias narrativas e também em relação às esferas sociopolíticas em que operam. Forças diversas contribuíram e continuam contribuindo para o registro, a recordação, a divulgação e/ou o apagamento de dados históricos e obras literárias completas, dirigidas por corpos investidos de poder. Ao escrever, um escritor precisa considerar não só as temáticas de seu texto, o público almejado, seu estilo e uso de linguagem, mas também quem financiará seu trabalho e eventualmente o publicará, divulgará e distribuirá (BOURDIEU, 2002; REIS, 1992). A história não é a simples projeção de uma série de acontecimentos organizada lógica e cronologicamente. Pelo contrário, cada historiador tem sua perspectiva sobre os acontecimentos que escolhe e descreve (WHITE, 1994).

Neste artigo, discorreremos sobre os dispositivos que se instalaram no cerne da literatura consagrada, idealizando o branco, sua religião, seus atributos físicos e culturais, enquanto rebaixavam crenças, culturas e a aparência dos negros<sup>1</sup> e indígenas. Neste esforço, dialogamos com a discussão levantada no livro *Negrura, brancura e mestiçagem no imaginário literário brasileiro* (INKPIN, 2019), que buscou compreender a continuada hegemonia sociocultural branca na literatura brasileira e abordou o uso de estereótipos, cores descritivas e táticas narrativas doutrinárias implementadas ao longo dos séculos por escritores literários e acadêmicos brasileiros para manterem sua posição sociopolítica. Aqui, damos foco principalmente à economia dos estereótipos e a algumas técnicas narrativas para esse fim.

## A instalação e o continuado desenvolvimento de estratégias literárias racistas

Os autores das obras da literatura brasileira canonizada e da história oficial do século XIX queriam validar seu poder e harmonizar a sociedade, apoiando e perpetuando a hierarquia de cor que foi se naturalizando no Brasil durante a escravidão. Nesse contexto, entendemos que o escritor, seja ele historiador ou autor de ficção, escreve no lugar do outro. Em consonância com essa concepção, Regina Dalcastagné (2012) explica que, historicamente, apenas autores com formal cultural e socialmente privilegiada, geralmente homens brancos das elites, tiveram a legitimidade para se tornarem “homens de letras”. Na contemporaneidade, houve uma pequena democratização nas esferas da escrita criativa e acadêmica,

---

<sup>1</sup> Ao longo deste trabalho, utilizo o termo “negro” para indicar pessoas mestiças e pretas; quando o termo “preto” é utilizado, é devido à relevância da divisão entre mestiços (pardos) e pretos que acontece até nos censos brasileiros.

permitindo que vozes das margens falem por si. Contudo, em sua maior parte, a literatura pode ser entendida como uma arte de representação, guiada por tradições retóricas, narrativas e simbólicas que formam um tecido esteticamente fundamentado.

Desde o início do Brasil como nação, o escritor brasileiro demonstrou preocupação com a fundação cultural e a subsequente formação de seu país. Said (2011) afirma que nações emergindo do processo de colonização sempre buscam assentar o novo país em histórias unificadoras e harmonizadoras. Há um resgate do folclórico e do que é considerado representativamente autêntico da cultura emergente. Com a Guerra da Independência de Portugal (1822-1825), os escritores românticos operavam um sistema de inclusão, exclusão e harmonização por meio de suas obras. Esse pequeno círculo pertencia à minoria branca de uma população majoritariamente formada por negros e indígenas, numa relação de três para um, no início do século XIX (FIOLA, 1990 apud SKIDMOR, 1911). Muitas vezes, esses escritores ocupavam cargos políticos ou administrativos no novo Estado-nação, mas bebiam da fonte do legado de diários, cartas e crônicas de naturalistas, viajantes e missionários da época das primeiras invasões europeias. Essas obras julgavam o Novo Mundo e seus povos pelos padrões do Velho Mundo, resultando em um olhar dicotômico sobre eles: os habitantes originários eram vistos como “selvagens bondosos e inocentes”, por um lado, e “agressivos e demonizados”, por outro.

A Independência do Brasil ocorreu exatamente quando grandes impérios, como Inglaterra e Portugal, clamavam por novos mercados e recursos, e a escravidão era considerada inviável para sustentar os novos modos de produção, além de inconveniente para as pretensões dessas nações imperialistas. Não por acaso, as ciências raciais se tornaram amplamente aceitas como verídicas nessa mesma época, com sua conceituação da superioridade do branco sobre as raças amarela e preta. A questão de raça foi considerada determinante sobre as características e capacidades não apenas de cada indivíduo, mas também de uma nação, entendida como resultado da constituição racial de seus povos. O filósofo francês Conde Arthur de Gobineau, considerado o pai das ciências raciais e líder a Escola Histórica, teve grande influência no contexto brasileiro, tendo trabalhado como diplomata no país de 1869 a 1870 e sido grande amigo do Dom Pedro II (MOUTINHO, 2004). Em sua obra mais famosa, *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, de 1855, Gobineau (1915) rascunha a história humana como resultado das atividades colonizadoras das raças brancas, os arianos; segundo ele, as únicas com a capacidade de formar civilizações.

Os objetivos da geração romântica de escritores estavam totalmente alinhados com os do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB), fundado em 1838. Borges (1993) afirma que, central aos propósitos do instituto, estava a afirmação do regime monárquico e da supremacia da raça branca. Duas figuras da tradição etnográfica brasileira foram muito importantes como fonte de inspiração para assentar a literatura de fundação: o viajante Ferdinand Denis (1798-1890) e o naturalista bávaro Carl Friederich Philip von Martius (1794-1868). O

livro *Resumo da História do Brasil*, de Denis, publicado em 1825, foi adotado nas escolas de ensino primário. Denis identificou as três raças fundadoras como sendo o branco, o negro e o indígena; entretanto, não as considerava parceiras igualitárias na glória dessa nova cultura. A contribuição do preto foi praticamente ignorada devido à sua condição de escravo; além disso, traços de instabilidade mental foram ligados à sua progênie mestiça. Características intelectuais mais desenvolvidas e racionais foram ligadas ao branco, enquanto traços mais heroicos foram atribuídos ao mameluco, o mestiço índico com branco (CARRIZO, 2001).

Por seu lado, o ensaio de von Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, de 1843, premiado e publicado pelo IHGB em 1845, enfatizou a importância da mistura de raças ao fazer do Brasil um país único e especial. Entretanto, enfatizou a dominância e a importância do contingente português sobre as outras duas raças, destacando a qualidade civilizatória do branco sobre as raças negra e amarela (CARRIZO, 2001). Desse modo, vemos a hierarquização racial – já estabelecida durante a escravidão – sendo reforçada em textos históricos e etnográficos, os quais contribuíram para a formação sociocultural da nova nação e, em especial, para a visão da geração romântica de escritores.

Uma resposta à missão patriótica do círculo romântico foi a mestiçagem comportamental de personagens protagonistas, atribuindo comportamentos mais tolerantes e flexíveis a esses heróis mestiçados. Filhos de senhores, como Augusto, em *A moreninha*<sup>2</sup>, de 1869, e desbravadores como Martin, em *Iracema*, de 1865, foram apresentados como mestiçados pelo fato de formarem casais com representações indígenas. O ato de unir-se a uma mulher caída<sup>3</sup> também foi visto como um ato mestiço, como foi o caso de Frederico em *Lucinda, a mucama*, de 1844, e Milkau em *Canaã*, de 1902. As relações construídas entre os casais eram retratadas como consensuais. Por outro lado, os indígenas, representados como heroicos e inspirações para a nova nação, foram embranquecidos em termos de aparência, comportamentos e religiosidade (CARRIZO, 2001). Na época, houve poucas representações de negros. Heloisa Toller Gomes (1988, p. 4) observa “a extrema dificuldade encontrada por nossos autores de lidar esteticamente e usar como matéria literária uma questão complexa, dolorosa e mal resolvida social, econômica e psicologicamente, qual fosse a escravidão”.

Em relação às personagens africanas e seus descendentes, o crítico literário Cuti (2010) comenta que as relações inter-raciais são representadas como harmoniosas; o negro é passivo e cooperativo, e há um sistema de “instrumentalização”, em que aparece sempre a serviço do branco. Além da ausência ou rasa representação do negro, ocorre frequentemente a sua aniquilação ou o clareamento da linha de seus antecedentes índios, negros e mestiços (CUTI, 2010).

---

<sup>2</sup> Os estudos de S. Inkipin (2019) e S. Carrizo (2001) fundamentam a tese de que a representação da protagonista do romance *A moreninha*, Carolina, é de uma descendente indígena ou que tem descendência indígena devido a sua cor de pele e a seu comportamento mais espontâneo e aberto.

<sup>3</sup> Uma mulher caída é uma mulher branca do século XIX que não aderiu à ideologia da obediência e castidade reinante na época.

Na literatura, por razões fundamentadas em teorias racistas, a eliminação da personagem negra passa a ser um velado código de princípios. Ou a personagem morre ou sua descendência clareia. A evolução do negro no plano ficcional só pode ocorrer no sentido de se tornar branco, pois a “afro-brasilidade” pode sobreviver sem o negro, uma vez que um afro-brasileiro pode ser um não negro, ou seja, não ser vítima da discriminação racial ou, até, ser um discriminador (CUTI, 2010, p. 34-35).

Geralmente, as personagens não brancas não deixam herdeiros ou, se os tiverem, não haverá oportunidade para criá-los; algo que, simbolicamente, serve aos fins históricos do branqueamento dos dirigentes da nação. Iracema morre após dar à luz seu filho sofrido, representante da nova nação; Bertoleza, a amante explorada de João Romão em *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, publicado em 1890, engravidava, mas tratava-se com ervas para abortar o feto, enquanto Domingas, amante do Senhor em *O mulato*, mãe do protagonista do livro, enlouquece após ter seu filho tirado dela. O filho negro-indígena de Ci e Macunaíma, de Mário de Andrade, de 1928, na obra *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*, também não sobrevive.

Enquanto, na época romântica, houve uma preferência por retratar o índio embranquecido como herói nacional, juntamente com seus pares brancos mestiçados, após a libertação dos escravos e a crescente força social do negro, as obras mais naturalistas e realistas da Belle Époque (1880-1920) começaram a abordar sua presença. *O cortiço* apresenta duas personagens mestiçadas que formam um casal ao longo do romance. Jerônimo é um branco que se apaixona por Rita Baiana, mulher negra. Ele é configurado como um migrante português, mestre de obra e pai de família que trabalha duro e demanda um pagamento justo por seus esforços habilidosos. Entretanto, ao se apaixonar por Rita Baiana, tudo começa a desmoronar.

Uma transformação, lenta e profunda, operava-se nele, dia-a-dia, hora a hora, reviscerando-lhe o corpo e alando-lhe os sentidos, num trabalho misterioso e surdo de crisálida. A sua energia afrouxava lentamente: fazia-se contemplativo e amoroso. A vida americana e a natureza do Brasil patenteavam-lhe agora aspectos imprevistos e sedutores que o comoviam; esquecia-se dos seus primitivos sonhos de ambição, para idealizar felicidades novas, picantes e violentas; tornava-se liberal, imprevidente e franco, mais amigo de gastar que de guardar; adquiria desejos, tomava gosto aos prazeres, e volvia-se preguiçoso, resignando-se, vencido, às imposições do sol e do calor, muralha de fogo com que o espírito eternamente revoltado do último tamoio entrincheirou a pátria contra os conquistadores aventureiros (AZEVEDO, 2001, p. 91).

Na lógica das ciências raciais, o contato do branco com o negro trazia um relaxamento do espírito “naturalmente” trabalhador, econômico e racional do europeu, fazendo-o mais sensível às forças da natureza, da arte e do amor. Essa concepção, que reaparece na obra de

Azevedo, já se apresentara em *As vítimas alagozes*, de Joaquim Manuel de Macedo, publicado em 1869, revelando-se também em obras modernistas como *O menino de engenho*, de José Lins de Rego, de 1931. Para o indígena e o negro, o processo funcionava de forma inversa: os não brancos se fortaleciam através do contato com o branco; seu comportamento se tornava mais adequado e “civilizado” com a adoção dos costumes europeus. Essas concepções são enraizadas nos argumentos arrolados por Gobineau. Um aspecto central de sua teoria é o argumento de que o maior traço definidor das grandes civilizações, sua propensão a invadir e colonizar, também era algo que acabava por provocar sua decadência. O contato íntimo que ocorria entre conquistador e conquistado, como consequência dessa inclinação, trazia também o seu enfraquecimento. O filósofo racial afirmava que a mistura de sangue, enquanto enfraquece o forte, fortalece o fraco (GOBINEAU, 1915).

Jerônimo é um exemplo da valorização literária do migrante europeu que ocorreu ao longo da fase da Belle Époque, exatamente quando o Brasil recebia quase três milhões de trabalhadores europeus migrantes, decisão explicada pelo estadista Joaquim Nabuco pela necessidade de introduzir “sangue caucasiano saudável e vigoroso” (SKIDMORE, 1995, p. 24) na nação. Tipicamente, a representação do contato do branco com a negra o contamina e provoca a sua decadência. A retratação de Rita Baiana é uma glorificação ambígua da mulher brasileira, que ressoa com os atrativos naturais da nova terra, mas também com seus potenciais perigos.

Naquela mulata estava o grande mistério, a síntese das impressões que ele recebeu chegando aqui: ela era a luz ardente do meio-dia; ela era o calor das sestras da fazenda; era o aroma quente dos trevos e das baunilhas, que o atordoara nas matas brasileiras; era a palmeira virginal e esquiva que se não torce a nenhuma outra; era o veneno e era o açúcar gostoso; era o sapoti mais doce que o mel e era a castanha do caju, que abre feridas com o seu azeite de fogo; ela era a cobra verde e traíçoira, a lagarta viscosa, a muriçoca doida, que esvoaçava havia muito tempo em torno do corpo dele, assanhando-lhe desejos, acordando-lhe as fibras embambedadas pela saudade da terra, picando-lhe as artérias, para lhe cuspir dentro do sangue uma centelha daquele amor setentrional, uma nota daquela música feita de gemidos de prazer, uma larva daquela nuvem de cantáridas que zumbiam em torno da Rita Baiana e espalhavam-se pelo ar numa fosforescência afrodisíaca (AZEVEDO, 2001, p. 78).

Seguindo a lógica darwiniana da vitória dos mais fortes por meio de sua adaptação ao meio, os intelectuais da Belle Époque entendiam que os mestiços conterrâneos eram fortalecidos pela fase “primitiva” da sociedade brasileira. Os mestiços mamelucos, sertanejos e cafuzos eram os mais bem adaptados às condições da época pelo fato de que a natureza ainda era o fator mais dominante do meio brasileiro. As cidades e os interiores ainda não tinham sido “desenvolvidos” conforme o modo europeu, ainda não se tornaram “civilizados”

(SKIDMORE, 1995). Entretanto, os mestiços eram destinados a morrer ou a se embranquecer. Como o narrador doutrinário de *O cortiço* observa: “o sangue da mestiça reclamou os seus direitos de apuração, e Rita preferiu no europeu o macho de raça superior” (AZEVEDO, 2001, p. 165).

A personagem Rita Baiana incorpora dois arquétipos centrais da representação racial subjacente à literatura brasileira: o do malandro e o da mulata. Ela é uma mulher vital, bela e amorosa, com grande afinidade pela música e pela natureza, mas também é configurada como libertina e inconstante. Sua figura é altamente erotizada, parecendo livre e disponível para quem a queira. Suas características são típicas da “mulata” literária. A construção de sua “irresistibilidade e amoralidade” (QUEIROZ JÚNIOR, 2010) justifica as relações extraconjugais dos homens da Casa-grande, de seus descendentes e dos migrantes brancos com mulheres descritas como semelhantes a ela. Enquanto as mulheres brancas da Casa-grande são inibidas e controladas por uma ideologia de submissão, domesticidade e castidade, as mulheres não brancas são sexualmente ativas e disponíveis. Subsequentemente, pela força de sua caracterização literária e histórica, elas se tornam as responsáveis pelo ato adúltero, mascarando o estupro e a morte de milhões de mulheres negras e indígenas ao longo da história do Brasil. Essa representação, ainda vigente na televisão e na mídia em geral, lança uma sombra sobre as altas incidências de estupro e feminicídio no Brasil atual, instigando dúvidas sobre o caráter das vítimas.

Antonio Candido (1970) identifica a emergência da figura do malandro de vários tipos na obra *Memórias de um sargento de milícias* (ALMEIDA, [s. d.]) na época romântica. No seu esquema de intercalação entre a ordem e a desordem, de mundos ordeiros e desordeiros, descrito como sendo típico do Brasil, o malandro oscila entre as duas esferas. Dialogando com as obras literárias *Memórias de um sargento de milícias*, *O cortiço* e *Macunaíma*, o herói sem nenhum caráter, Maria Eneida Matos Rosa (2009) afirma que o malandro vive na vadiagem e ociosidade. É uma figura sensual, engenhosa, vivaz, que se adapta às dificuldades que o cercam de modo filosófico e plástico. Rita Baiana e Macunaíma são exemplos dessa figura, que se interessa mais por festas e diversão e não se preocupa tanto com ganhos materiais. Esse modo de existência desinclina o malandro de criar uma família. Rosa (2009) observa que, a partir dos anos 1930, essa figura se torna mestiça, sendo relacionada à cultura do samba e das favelas do Rio de Janeiro.

A figura descontraída e festiva que emerge na literatura contrasta abruptamente com o malandro descrito por Florestan Fernandes (2013) em seus estudos sociológicos das favelas de São Paulo dos anos 1960. O sociólogo descreve um ser criminalizado e excluído do mundo do trabalho, sem ter conseguido ainda uma reestruturação após o massacre de que fora vítima no decorrer da escravidão, algo amplificado pelo poder estatal, que não forneceu os elementos básicos relacionados à moradia, à educação e também à capacitação aos escravos recém-libertos.

A crítica literária Doris Sommer (1990) observa as mesmas tendências do círculo romântico brasileiro na literatura de fundação da América Latina na segunda metade do século XIX. As tramas e a linguagem utilizadas por esses escritores demonstraram o desejo de reconciliar grupos étnicos, partidos políticos divergentes, regiões e/ou classes, incorporados em personagens (das elites unidas com outras das margens) destinadas a ficar juntas. Geralmente, tais fabricações eram asseguradas por um narrador onisciente, em terceira pessoa, que pertencia ou era aliado à hegemonia branca (SOMMER, 1990).

O modo de contar a história é um aspecto central das estratégias literárias da tradição literária racial. O narrador onisciente e doutrinário era típico da época romântica; ele dava aulas morais a seus leitores, muitas vezes mulheres burguesas, leitoras de folhetins semanais. Esse tipo de narrador aparece na coleção *As vítimas-algozes*, de Joaquim Macedo, de 1869, supostamente uma obra abolicionista. O narrador discursa em tons assustadores sobre os perigos de deixar os filhos aos cuidados dos escravos. Sua argumentação para apoiar a abolição baseava-se nos perigos da contaminação danosa do contato com os negros, e não em premissas de liberdade e justiça.

Macedo também é mestre de um discurso dualístico pelo qual afirmações contraditórias coexistem no mesmo texto. O escravo é pervertido pelo sistema da escravidão, mas é representado também em tons universalistas como feio, brutal e amoral. Utilizando um discurso que dialoga fortemente com representações religiosas reluzentes e imagens emprestadas das crenças das ciências raciais, o autor utiliza as cores branco e preto para pintar a beleza e a pureza do branco, enquanto rebaixa e desmoraliza as pessoas negras.

Freyre (1974) também era mestre de um discurso dualístico que convencia pelo alinhamento de meias-verdades:

Tenhamos a honestidade de reconhecer que só a colonização latifundiária e escravocrata teria sido capaz de resistir aos obstáculos enormes que se levantaram à civilização do Brasil pelo europeu. Só a casa-grande e a senzala. O senhor de engenho rico e o negro capaz de esforço agrícola e a ele obrigado pelo regime de trabalho escravo (FREYRE, 1974, p. 244).

Os obstáculos eram enormes, sim, mas não havia outras opções para a escravidão? Não havia outras opções para o processo civilizatório europeu? A cultura portuguesa era importante, mas as culturas milenares africanas e indígenas nada podiam oferecer? São alguns exemplos de questionamentos válidos acerca dessa colocação dualística e racista de Freyre (1974).

Há certa oscilação de geração para geração em relação à aderência aos padrões retóricos e ao “subtexto mítico do desenvolvimento nacional”<sup>4</sup> (SOMMER, 1990, p. 72); entretanto, a influência dos românticos ecoa ao longo de todas as épocas, tendo seus pés firmemente enraizados na defesa do colonizador. Joaquim Manuel de Macedo e José de Alencar se en-

---

<sup>4</sup> Trad. livre da autora: “mythical subtext of national development”.

caixam na primeira geração dessa tradição. Por sua vez, os homens de letras, estadistas e escritores profissionais do final do século XIX e do início do século XX desconstruíam as imagens do bom senhor, seu filho mais liberal, esposa e filhas obedientes, e escravos bajuladores e passivos. Machado de Assis, em sua fase madura, e Lima Barreto escreviam obras bem críticas aos mitos e valores eurocêntricos, assim como os modernistas antropofágicos também escreviam nesse sentido.

A partir de 1920, outra geração de escritores latino-americanos emergiu, mais uma vez alinhando-se às ideias da literatura fundadora. Na área da historiografia, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque da Holanda, e na literatura, Jorge Amado e José Lins do Rego, seguiram a liderança dos românticos, tentando defender a nação e pacificar uma população que se tornava mais consciente, assentada nas novas condições econômicas emergentes do país. A representação do ato da copulação de maneira mais positiva, enfatizando sua naturalidade e importância, ganhou força como elemento para unir as principais figuras da nação, enfatizando sua mestiçagem. Laura Moutinho (2004, p. 51-101), em seu estudo sobre os maiores clássicos da historiografia brasileira das épocas pré-modernista e modernista, incluindo as obras de Oliveira Vianna, Paulo Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, resume:

em todos os autores, a mestiçagem aparece como um epicentro que articula, sobretudo, dois elementos: o sexual e o nacional. Alguns aspectos invariantes aparecem nos escritos analisados quando o foco se ajusta para o eixo sexual: o elemento civilizador “branco” revestido de grande ambiguidade; a ausência do elemento masculino “negro”, “mestiço” e “nativo”; a sensualidade da “mestiça”, da “negra” e da “nativa” e o lugar ora explícito, ora sugerido, valorado de forma positiva ou negativa, da pureza da mulher “branca” (MOUTINHO, 2004, p. 99).

A figura do Senhor/homem português, como mestiço que convivia bem com os negros e indígenas, foi uma representação aprofundada ao longo da época modernista, preservando, desse modo, a imagem da mestiçagem amigável subjacente à fundação da nação.

A partir dos anos 1960, na América Latina, escritores como Gabriel García Márquez, Mario Vargas Llosa e Julio Cortázar negaram as tradições literárias e históricas fundadas no século XIX, que entravam em choque com a realidade sociopolítica de extrema desigualdade que os cercavam. A través de diversas estratégias linguísticas e narrativas inovadoras, essa nova geração desafiou os velhos estilos e mitos que sustentaram a velha guarda (SOMMER, 1990). João Ubaldo Ribeiro (1984), com *Viva o povo brasileiro*, pode ser visto como um representante brasileiro dessa geração; sua obra foi publicada um ano depois do término da ditadura. Visando denunciar os jogos de poder inerentes à escrita histórica e literária, o autor utiliza diversas estratégias narrativas, sendo a mais poderosa a narração dos mesmos eventos a partir de diversos pontos de vista e a revelação posterior de como tais eventos foram gravados oficialmente.

Na citação abaixo, o narrador cego Faustino, o mesmo personagem de Budião – que ajudou a envenenar o Barão de Pirapuama e lutou sempre ao lado do povo, junto com a revolucionária Maria da Fé e a Irmandade do Povo Brasileiro – apresenta um discurso que denuncia o modo como textos escritos tendem a representar apenas os interesses e as aspirações das classes elitizadas.

Alguém que tenha o conhecimento da escrita pega de pena e tinteiro para botar no papel o que não lhe interessa? Alguém que roubou escreve que roubou, quem matou escreve que matou, quem deu falso testemunho confessa que foi mentiroso? Não confessa. Alguém escreve do inimigo? Não escreve. Então, toda a História dos papéis é pelo interesse de alguém (RIBEIRO, 1984, p. 515).

Mesmo que a mitologia das relações amigáveis da fundação do Estado-nação brasileiro fosse fortemente estabelecida pela tradição, cada geração teve seus denunciadores, que geralmente pertenciam ao universo da literatura negro-brasileira. Não obstante, essa literatura foi se desenvolvendo e crescendo com as graduais melhorias nas áreas de educação e oportunidades de emprego, para se tornar a esfera literária mais potente da contemporaneidade.

Na época romântica, a obra *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, de 1859, foi o primeiro romance negro-brasileiro que ousou introduzir criados que reclamavam de suas condições de servidão e eram saudosos da liberdade que viveram na África. As mortes e violências causadas pelo Monsenhor foram firmemente retratadas, mesmo que a justiça permanecesse cega aos seus abusos (DUARTE, 2004).

Na Belle Époque, Machado de Assis fazia campanha abolicionista em suas crônicas de jornal, escrevendo o livro *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de 1881, com suas críticas ácidas à elite. Por outro lado, Lima Barreto retratou a queda de um nacionalista que acreditava e defendia a potência da cultura e do povo brasileiro, cercado pela corrupção governamental e pela bajulação da cultura francesa pela burguesia carioca em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de 1915.

Entretanto, foi a partir dos anos 1970, com o lançamento de revistas e publicações como os *Cadernos Negros*, de produção independente, que essa literatura ganhou mais força, sustentando-se na obra de poetas predecessores como Lino Guedes, Solano Trindade e da escritora Carolina Maria de Jesus. Todos foram atuantes nesse processo de desconstrução de estereótipos e de enfrentamento ao apagamento do negro na história do país, valorizando a cultura negra e aprofundando suas caracterizações de representação. Em condições extremamente adversas, esses poetas e romancistas escreveram sobre seus desafios cotidianos, suas batalhas de sobrevivência e suas resistências (BROOKSHAW, 1983). Agora, na próxima seção, analisaremos duas obras literárias reconhecidas por sua celebração da cultura negro-brasileira: *Tenda dos milagres* (AMADO, 1969) e *Um defeito de cor* (GONÇALVES, 2007).

## Foco em duas obras da metaficção historiográfica brasileira da pós-modernidade

Os autores de *Tenda dos milagres* e *Um defeito de cor* emprestaram acontecimentos e figuras dos arquivos históricos para oferecer novas rendições e perspectivas sobre essas narrativas, cujos enredos estão imbricados com a escravidão e a mestiçagem. Encontramos personagens protagonistas que contradizem as falsas concepções de inferioridade intelectual e espiritual, difundidas pelas ciências raciais e reforçadas pelas tradições literárias. Porém, enquanto *Tenda dos milagres* apresenta a figura vigorosa e inteligente do mestiço Pedro Arcanjo, o tecido textual da obra se sustenta em diversas figuras estereotipadas que reforçam os discursos raciais tradicionais.

Por outro lado, *Um defeito de cor* (GONÇALVES, 2007) desconstrói a mitologia oficial da fundação nacional amigável e conciliatória, bem como as representações superficiais e injustas dos negros. A obra é, definitivamente, um marco da literatura negro-brasileira, que busca resgatar a presença histórica dos povos africanos na formação da nação brasileira. As duas obras dialogam fortemente com dados e estilos retóricos da história, etnografia, antropologia e literatura. Entretanto, enquanto Gonçalves (2007) destaca a voz independente de Kehinde, uma mulher africana negra, para contar a sua versão da história, Amado (1969) ativa a voz de Pedro Arcanjo, um mestiço brasileiro, para denunciar os discursos raciais oficiais.

Os dois autores dedicaram anos de pesquisa para ousar escrever seus manuscritos. Conhecido como um autor que ficcionaliza eventos históricos, Jorge Amado interioriza sua narrativa em conflitos sociais que realmente ocorreram na Bahia, problematizando eventos históricos e criando narrativas envolventes. Entretanto, ainda há uma aderência à hierarquia de cor em suas representações. Mesmo em *Tenda dos milagres*, sua obra-prima contra os discursos das ciências raciais, o texto é contaminado pelas tradições literárias raciais já instaladas no imaginário brasileiro desde os primeiros escritos dos viajantes do Velho Mundo. Ainda que a obra seja uma homenagem maravilhosa ao intelectual Manuel Raimundo Querino (1851-1923), professor de desenho técnico que atuou no Partido Operário e como jornalista, Querino produziu uma série de obras que documentaram aspectos etnográficos da cultura afrodescendente da Bahia entre 1909 e 1928. Os cinco livros de Pedro Arcanjo são muito semelhantes aos de Querino, tanto em termos dos títulos quanto de temas. Sobre Arcanjo, seu protagonista, Amado declara:

é a soma de muita gente misturada: o escritor Manuel Querino, o babalaô Martiniano Eliseu do Bonfim, Miguel Santana Obá Aré, o poeta Artur Sales, o compositor Dorival Caymmi e o Alufá Licutá (da revolta dos Malês) – e eu próprio, é claro (AMADO, 1992, p. 139).

Em alguns trechos discursivos do romance, é possível perceber refutações às pesquisas de intelectuais como o professor Argolo, personagem inspirado em Dr. Raimundo Nina

Rodrigues e em sua nefasta tese de relativização do tratamento legal dispensado ao negro, por considerá-lo inferior ao branco em termos intelectuais. Por um lado, a obra denuncia os discursos das ciências raciais; por outro, reforça as representações estereotipadas de mulheres negras e homens pretos da tradição literária. O romance traz a figura de Ana Mercedes, descrita pelo olhar apaixonado de seu ex-amante, o poeta Fausto Pena.

Rebolosa é termo chulo e falso, adjetivo vil para aquela navegação de ancas e seios, em compasso de samba, em ritmo de porta-estandarte de rancho. Muito sexy, a minissaia a exhibir-lhe as colunas morenas das coxas, o olhar noturno, o sorriso de lábios semiabertos, um tanto grossos, os dentes ávidos e o umbigo à mostra, toda ela de ouro. Não, não ia a rebolar-se, pois era a própria dança, convite e oferta (AMADO, 1969, p. 14).

No que diz respeito à forma como é descrita a personagem Ana, embora seja um retrato bem-humorado e apreciativo, é perceptível um reforço à estética racial tradicional e machista. Rosa de Oxalá é outra mulher negra que recebe uma configuração altamente sexualizada. Em contraste, as retratações das mulheres brancas demonstram discernimento intelectual, controle sobre suas paixões e dinamismo físico e espiritual. O tratamento de Kirsi, que frequenta o terreiro Terno Estrela d'Alva, praticamente se tornando sacerdote, foca em seus olhos azuis e cabelos loiros, além de sua espiritualidade, não enfatizando seus atributos corporais e sexuais. Por outro lado, Lu, outra mulher branca, enfrenta a oposição de sua família devido ao seu namoro com Tadeu, um mestiço de classe social mais baixa. Conversando com Arcanjo, Lu afirma: “Não pense que não sei como vai ser difícil. Quem melhor sabe sou eu, conheço minha família, mas não me importo. Não tenho medo” (AMADO, 1969, p. 156). A coragem de Lu entra em choque com a conformidade de Rosa, uma mulher vivida que, ao final do romance, abre mão de sua religião e de suas amizades para poder fazer parte da família burguesa de Dr. Jerônimo, o sogro de sua filha recém-casada. Ela se senta atrás do altar durante a cerimônia de casamento, num lugar escondido e de exclusão. Pela caracterização rasa de Rosa, seus atos parecem uma derrota que a conformam ao lugar social cedido ao negro, em sintonia com as normas da hierarquia de cor.

Do mesmo modo, o homem preto recebe um tratamento bestializado e degradante. A configuração de Zé Alma Grande ecoa outras representações de homens pretos da obra amadiana, como Antônio Balduino, o protagonista de *Jubiabá*, de 1935. Esses homens são fisicamente fortes e habilidosos, mas não refletem sobre suas ações e não aprendem com elas. Infelizmente, tais configurações reforçam ideologicamente os discursos raciais tradicionais, mesmo que personagens masculinas, mestiças como Arcanjo, surjam como heróis.

Ana Maria Gonçalves também apresenta figuras históricas verdadeiras ao longo da urdidura de seu texto, introduzindo uma rica intertextualidade com a literatura brasileira, seus escritores e personagens. É Kehinde quem inspira o nome de Carolina para a protagonista

de *A moreninha* (MACEDO, 1844) em suas conversas com o autor. Ela conhece também Amleto, o antigo guarda-livros do Barão, e o Barão do Pirapuama em si, criações de João Ubaldo Ribeiro (1984), com papéis pivôs na obra *Viva o povo brasileiro*. Kehinde reconhece Amleto como um grande hipócrita que deserda a própria mãe para tentar disfarçar suas raízes étnicas mestiças. Observamos que é uma obra densa e complexa, tal qual sua protagonista. Os dez capítulos do romance atravessam dez moradias diferentes da protagonista em dois continentes, viajando pela Bahia, por Maranhão e pelo Rio de Janeiro, e explorando também a região da Costa de Minas, na África ocidental. Em cada contexto, a narradora observa as forças de poder em jogo e os conflitos que surgem nas arenas pessoais e comerciais nas quais ela mora e frequenta, buscando sempre pessoas com quem se solidarizar social e culturalmente.

Numa entrevista concedida a Cristiane Côrtes em 2009, Gonçalves admitiu ter inventado a existência do manuscrito de Luiza Mahin<sup>5</sup>, mencionado no prefácio como inspiração para o romance e para lhe conferir legitimidade. Na entrevista, a autora lança luz sobre suas intenções:

A Luiza Mahin é um ícone fundamental para a história de Luiz Gama e da história dos negros brasileiros. A existência de um mito negro fulgurando em meio aos inúmeros mitos europeus é fundamental. O importante é pensar esse material mitológico africano que nunca foi colocado em pé de igualdade com a mitologia grega e romana. Se você estudar os orixás são arquétipos perfeitos para se pensar equivalências (CÔRTEZ, 2010, p. 329).

O romance é uma autobiografia, contada pela protagonista e endereçado a seu filho perdido – Omotunde Adeleke Danbiran, que não é ninguém menos que Luís Gama, o ex-escravo que se tornou rábula e abolicionista e ajudou a libertar muitos escravos. Kehinde, a menina sapeca do reino de Daomé, da África Ocidental, se torna Luiza Gama nas terras brasileiras, e depois Luísa Andrade da Silva quando volta mais uma vez para a África. Na entrevista mencionada acima, Gonçalves fala da construção da protagonista e explica que a obra encontrou seu rumo quando percebeu que a voz que precisava como narradora era a de sua avó indígena, uma grande contadora de histórias. A autora observa a ironia no fato de que seu esforço de resgatar as narrativas perdidas ou apagadas dos povos africanos seria contado por seu ancestral indígena. Entretanto, lembramos que muitas das memórias, violências e também vitórias que foram apagadas da história oficial pertencem tanto aos povos indígenas quanto aos afro-brasileiros.

Sistematicamente, as ilusões das relações amistosas entre a família senhorial e seus criados, forjadas pelas obras românticas e reforçadas no período modernista da historiografia, são desconstruídas. José Carlos, o primeiro Senhor de Kehinde, estupra a personagem quan-

---

<sup>5</sup> No artigo de Côrtes, os nomes de Luís Gama e Luísa Mahin aparecem como Luiz Gama e Luiza Mahin.

do ela tinha apenas 12 anos e castra seu jovem pretendente na frente dela. Já a Sinhá, Ana Felipe, é vingativa e não teme utilizar seu poder. Frustrada em sua tentativa de gerar um herdeiro para o marido, Ana manda servir os belos olhos verdes da mulata de sua preferência em forma de geleia para ele, uma referência direta aos casos de perversidade contados na obra *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, publicada em 1933, além de aludir ao tema da castração.

Enquanto a obra historiográfica de Freyre não menciona a vida dos escravos na senzala, Kehinde, uma vez grávida e excluída da casa-grande, descreve a realidade desse lugar. As condições de abrigo, trabalho, vestuário e alimentação eram muito piores. Na casa-grande, havia uma tentativa de simular a vida aos modos europeus, resultando em condições relativamente melhores para os escravos domésticos. Por outro lado, o controle na casa-grande era mais rigoroso – as línguas africanas eram interditas nesse espaço, assim como as religiões. Kehinde observa que “o preto se chamava Sebastião e era quase branco no seu jeito de andar e falar, tendo até os pés calçados, como também era o caso de Antônia, que apareceu para ajudá-lo” (GONÇALVES, 2007, p. 74).

Lucchesi (2008) fala da supressão de tradições familiares, étnicas e linguísticas dos escravos para criar uma sensação de isolamento e diminuir sua resistência ao longo dos séculos de escravidão. Referindo-se ao caos que surgiu após a libertação dos escravos e sua migração aos grandes centros, Fernandes (2013) afirma que, graças a esse processo da desestruturação familiar, foram necessárias várias décadas para que famílias estáveis e solidárias pudessem se estabelecer nas comunidades negras que surgiram às margens dos centros urbanos.

Mesmo em condições físicas piores, Kehinde sente-se aliviada por poder se distanciar das perversidades das relações internas da casa-grande. Ela cultua seus voduns, escondendo-os num buraco que cava perto de seu leito, e o leitor começa a ter consciência da limitada vida privada que os escravos conseguiam manter na senzala, além de ouvir sobre os movimentos e atos de resistência que aconteciam com frequência crescente ao longo do século XIX, mas que raramente eram notados nos registros oficiais. Kehinde detalha os levantes dos escravos das fazendas vizinhas e a brutal repressão a que foram submetidos, incluindo a morte e o castigo dos envolvidos. Os sistemas de castigo e controle são bem documentados ao longo do romance – por exemplo, as cem chibatadas e um mês sem o descanso de domingo recebidas pelo capitão de pesca do Senhor Carlos. O Senhor não acreditou que um escravo sob a responsabilidade do capitão havia se suicidado, alegando que o corpo não havia sido resgatado.

Inteligente, bela, dinâmica e engenhosa, qualidades que refutam as características do negro forjadas pelos discursos raciais tradicionais, Kehinde cresce e consegue diversificar suas atividades. Depois de estuprada pelo Senhor, Kehinde dá à luz um bebê, mas a Sinhá incentiva sua atuação fora da casa, pois quer o menino para si. Por causa desse afastamento, a protagonista torna-se primeiro a acompanhante das filhas da família Clegg, uma família inglesa comerciante com conexões diplomáticas, e depois passa a viver como escrava de ganho.

Como todos os escravos que circulavam pelas ruas da cidade, Kehinde precisa de um passe de permissão de seu dono; caso contrário, qualquer branco poderia aprisioná-la.

Uma contribuição importante do romance é a representação mais ampla e diversificada da escravidão brasileira, demonstrando as complexidades do tecido da sociedade escravista e rompendo com a concepção dicotômica de mestre/escravo, dominante/dominado. Nas páginas do romance, os diferentes bairros de Salvador, as festas religiosas católicas e do candomblé, o vaivém dos negros em serviço e lazer pelas ruas, e a enorme diversidade de ocupações e serviços operacionalizados pelos negros tornam-se perceptíveis ao leitor. Kehinde fica maravilhada ao perceber como os escravos de ganho que pertenciam a uma cooperativa são bem organizados.

O Sebastião estava ensinando ao Francisco e ao Raimundo o ofício de carpinteiro, e fabricavam bancos e cadeiras que os pretos forros vendiam no comércio da cidade baixa. O dinheiro arrecadado beneficiava todo mundo; um a um, eles tinham suas cartas de alforria compradas pela cooperativa, que os libertava em troca de continuarem contribuindo depois de livres (GONÇALVES, 2007, p. 239).

Falar em termos dicotômicos sobre a sociedade brasileira do século XIX seria uma redução excessiva. Além das casas-grandes e das senzalas das áreas rurais, nos centros urbanos desenvolvia-se uma grande multiplicidade de possibilidades comerciais, providenciadas pelo capitalismo incipiente. Havia escravos que vendiam seus produtos no mercado, outros que conseguiam comprar sua liberdade e até escravos mais ricos que empregavam escravos mais pobres. Entretanto, a ascendência social era muito facilitada por uma pele mais clara (REIS, 2003). Kehinde menciona diversos mestiços que atuavam como escreventes, advogados e em cargos de gerência e poder. Quando seu filho nasce, ela fica muito feliz ao ver que a pele dele é bastante clara, pois sabia que isso facilitaria a sua vida; ela segue as instruções de Ana Felipe para moldar o nariz da criança, “apertando as laterais” (GONÇALVES, 2007, p. 191), com o objetivo de deixá-lo mais fino. Falando de seu filho, Kehinde observa: “a pele dele não tinha escurecido muito e, com o cabelo aparado baixo e vestido ao modo dos brancos, meu filho bem que passava por um mulato claro, igual a tantos que eram respeitados na cidade” (GONÇALVES, 2007, p. 267).

Por atos e concessões como esse, a representação de Kehinde é complexa. Ao mesmo tempo em que demonstra qualidades de coragem, generosidade para com seus pares e atua na resistência, ela também apresenta comportamentos que aderem às expectativas raciais da sociedade à sua volta. Kehinde demonstra admiração e reverência pelas pessoas brancas. Ainda na África, um pouco antes de ser raptada, a protagonista observa o Chachá à distância: “o comandante do forte que tanto me impressionou, quase branco de tão majestoso, seguido por muitos escravos, músicos cantores, bufões e uma guarda formada por mulheres”

(GONÇALVES, 2007, p. 37). Expulsa para a senzala, Kehinde se pergunta se Maria-Clara não a defenderia:

que importância isso teria para ela? Nenhuma, mesmo tendo dito que eu era uma amiga, acima de tudo uma amiga, fazendo com que eu me sentisse a amiga mais feliz do mundo naquele dia. Uma satisfação vinda do nada e boba, apenas por conseguir a aprovação de uma branca, mas que foi muito importante para mim (GONÇALVES, 2007, p. 123-124).

Entendemos que o objetivo da autora, com esse constructo da personalidade de Kehinde, é demonstrar a influência da hierarquia de cor sobre a vida cotidiana e o modo como o negro aprende a se desvalorizar e a ser desvalorizado.

O trabalho como escrava de ganho oferece maior liberdade a Kehinde e possibilita que se envolva na organização da Revolta dos Malês (1835), dentre outros atos de rebelião, como a Sabinada (1837-38), buscando uma vida mais justa para os escravizados. Ela atua na vigilância para a chegada dos negreiros, atuando também nas áreas de reconhecimento e comunicação, e, no final, participa da luta armada, junto com seus companheiros muçururins. Desde criança, ela cultua um respeito por esse grupo étnico, a partir do momento em que aprende a ler e escrever com Fatumbi, o professor da Sinhazinhá. Os escravos muçururins foram muito valorizados pelo fato de que, frequentemente, eram alfabetizados, às vezes, tendo uma formação superior à de seus senhores e suas famílias. Eles eram empregados como professores, guarda-livros e em trabalhos de administração e gerência. A autora descreve a organização e a resistência desse grupo, que desafia as caracterizações estereotipadas da passividade e incapacidade organizacional. Entretanto, após o fracasso da Revolta e a forte repressão que se seguiu, a vida de qualquer africano livre foi muito dificultada, já que não foram considerados mais confiáveis. Muitos deles preferiram voltar para a África ou se empregar mais uma vez como escravos, devido ao encolhimento das oportunidades empregatícias e de contratação que ocorreu.

Outra importante contribuição do romance é a rica descrição dos ritos religiosos do candomblé e dos voduns. A presença das culturas africanas é marcada pelo uso constante de palavras em iorubá e em outras línguas da África, além de descrições detalhadas sobre o modo de vida em cidades como Uidá, Lagos e Porto Velho, entre outras. Antes do desaparecimento de seu filho e de sua recuperação se tornar sua segunda missão, Kehinde entende o assentamento dos voduns de sua avó como sua primeira missão no Brasil. A protagonista viaja até o Maranhão, para a Casa das Minas, e passa quase um ano na casa espiritual fundada por Agontimé, mãe escravizada do rei de Savalu. O leitor percebe a importância, para Kehinde, de reestabelecer os laços com seus ancestrais e com a religiosidade de sua infância, em um processo de redenção para um representante dos povos africanos, desenraizados e forçosamente alienados de suas religiões ao longo da escravidão e depois.

No decorrer de sua infância e juventude, Kehinde é determinada a preservar suas raízes religiosas e ancestrais. Já na chegada do negreiro que a trouxe da África, Kehinde salta do barco para evitar ser batizada: “Ir para a ilha e fugir do padre era exatamente o que eu queria, desembarcar usando meu nome, o nome que a minha avó e a minha mãe tinham me dado e com o qual me apresentaram aos orixás e voduns” (GONÇALVES, 2007, p. 63). Ela tem a capacidade de ver os orixás e os espíritos e encontra meios para reverenciar seus voduns, além de preservar um pingente que simboliza sua ligação com sua gêmea morta, Taiwo. Na ausência dos voduns na Bahia, Kehinde batiza seus filhos no candomblé, na casa do Baba Ogumfidity, e tenta cumprir suas devoções aos seus orixás. O leitor vive suas frustrações quando as privações e os controles impostos por sua condição de escravizada a impedem de realizar suas devoções do devido modo.

Kehinde/Luísa vai se adaptando aos meios diferentes e busca preservar o que pode de si, ao mesmo tempo em que se une a pessoas amigas para tentar construir uma vida melhor. Ela assume uma identidade liminar ou fronteira, em que aspectos culturais diversos convivem. A personagem vive num *entrelugar* (BHABHA, 1994), tentando sobreviver e viver do melhor modo, sendo amiga dos seus companheiros, dentro de suas possibilidades. Sua identidade vai se ampliando, incorporando diversos elementos culturais em seu cerne, enquanto batalha para sobreviver. É na África, aliada à comunidade brasileira de retornados, que Luísa estabelece uma associação de construção bem-sucedida e encontra a estabilidade financeira que procura. Com a integração com a comunidade brasileira e as vantagens financeiras e sociais que isso implica, a protagonista assume uma identidade brasileira e aparentemente se afasta de suas raízes.

Ela começa a se aproximar das religiões cristãs: do catolicismo, devido à sua forte identificação com a cultura brasileira, e depois do protestantismo, por influência de seus contatos comerciais com os ingleses. Engravidada de um companheiro de viagem e batiza seus *ibêjis* (gêmeos) com um padre católico, nomeando-os de Maria Clara e João em homenagem à sua antiga sinhozinha e ao marido dela. Chega a chamar os africanos de “selvagens”, considerando-os preguiçosos e ignorantes. Seus instintos e características como comerciante se fortalecem a ponto de levantar questionamentos sobre sua ética em certas situações, como seu envolvimento com o tráfico de armas. Entretanto, no final do romance, pouco antes de voltar para o Brasil, ela quase perde a filha. Após essa experiência, Kehinde sonha com a avó, que a avisa que Maria Clara espera um *abiku de fogo*, um espírito que busca a terra de seus ancestrais, que, muitas vezes, leva a mãe junto. No momento de crise, Kehinde/Luísa chama “representantes dos orixás, dos voduns e dos santos católicos (...) [que] não falavam uns com os outros, mas respeitavam as respectivas crenças” (GONÇALVES, 2007, p. 936). Assim, a protagonista reafirma sua negritude e sua determinação em buscar todos os meios possíveis para a sobrevivência de si e dos seus.

## Considerações finais

Neste artigo, descrevemos a instalação e a formação de uma abordagem racista no cerne da literatura canônica brasileira que também está presente em outras áreas das Ciências Humanas, incluindo a História. O círculo romântico produzia muitas histórias, tecidas em volta de homens brancos e mulheres negras ou indígenas; entretanto, a superioridade da contribuição e das qualidades do branco sempre permanecia subjacente à representação literária. Por outro lado, os personagens negros e indígenas receberam um tratamento inferiorizado, sendo estereotipados e/ou até apagados. Essas estratégias, que muitas vezes envolviam a mestiçagem física, cultural e social dos personagens e protegiam a posição dos herdeiros coloniais no pico da hierarquia política e de cor, foram se tornando um dispositivo poderoso no estabelecimento do mito de que Brasil seja uma democracia racial.

Apontamos certa oscilação dessa abordagem que se destacou mais nas épocas romântica e modernista, sendo menor nas obras da Belle Époque e da pós-modernidade, terminando nossa discussão com uma breve comparação entre *Tenda dos milagres* (AMADO, 1969) e *Um defeito de cor* (GONÇALVES, 2007). Em *Tenda dos milagres*, há uma explícita negação dos discursos das ciências raciais e uma revitalização das obras etnográficas sobre a cultura negro-brasileira de Manuel Querino através do protagonista, Pedro Arcanjo. Contudo, a idealização de um mestiço como protagonista, mesmo de classe popular, ecoa as estratégias do círculo romântico. Além disso, a forte erotização da mulher negra convoca a lembrança da “mulata provocadora e sempre disponível” do imaginário brasileiro, desmerecendo essa mulher da representação mais justa que ela merece. O homem preto também é estereotipado; ele é forte, espontâneo e fiel, mas não tem a capacidade de raciocinar bem, planejar ou refletir sobre seus atos. Essa tríade de representação significa que a obra de Jorge Amado, mesmo divertida e bem-intencionada, dá continuidade às representações raciais tradicionais da literatura brasileira canônica.

Por outro lado, Gonçalves rompe com tais tradições e homenageia seus ancestrais da literatura negro-brasileira que batalharam em suas narrativas contra a redução e o apagamento de personagens e pessoas negras ao longo da história. A criação de uma protagonista feminina, preta e africana, uma sobrevivente de diversas violências, mãe de Luís Gama, é um ato de rebelião em si. Gonçalves confronta a tradição de amenizar o estado conflituoso do Brasil ao longo do século XIX e ventila as histórias de resistência e levantes que ocorreram, descrevendo também os ritos e as crenças das religiões suprimidas. A autora derruba a ideia da existência da democracia racial brasileira, baseada na mestiçagem amigável entre os portugueses, os indígenas e os africanos, seus povos fundadores. O romance *Um defeito de cor* aniquila tal hipótese firmemente, enquanto *Tenda dos milagres* permite entender que tal nação se realiza na Bahia.

## Referências

- ALENCAR, José de. *Iracema*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.
- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Rio de Janeiro: Objetivo, [s. d.].
- AMADO, Jorge. *Jubiabá*. São Paulo: Círculo da Leitura, [s. d.].
- AMADO, Jorge. *Tenda dos milagres*. São Paulo: Livraria Martins, 1969.
- AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- ANDRADE, Mário de. *Macunaíma, o herói sem nenhum caráter*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- ARANHA, Graça. *Canaã*. São Paulo: Ática, 1998.
- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Ática, 2006.
- AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. São Paulo: Ática, 1998.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 3. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.
- BHABHA, Homi K. *The Location of Culture*. Londres: Routledge, 1994.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lúcia Machado. 2. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2002.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rieb/article/view/69638/72263>. Acesso em: 4 jun. 2025.
- CARRIZO, Silvina. *Fronteiras da imaginação, os românticos brasileiros: mestiçagem e nação*. Niterói: EdUFF, 2001.
- CÔRTEZ, Cristiane. Da narração histórica à ficcional: o processo de construção de *Um defeito de cor*, segundo Ana Maria Gonçalves. Entrevista transcrita por E. Lopes. In: DUARTE, Constância Lima; DUARTE, Eduardo de Assis; ALEXANDRE, Marcos Antônio (org.) *Falas do outro: literatura, gênero, etnicidade*. Belo Horizonte: Nandyala, 2010. p. 326-335.
- CUTI. *Literatura negro-brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- DALCASTAGNÉ, Regina. *Literatura brasileira contemporânea: um território contestado*. Porto Alegre: Horizonte, 2012.
- DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. In: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte:

Ed. PUC Minas, 2004. p. 265-281.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classe*. São Paulo: Globo, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. São Paulo: Scipione, 1974.

GOBINEAU, Arthur de. *The Inequality of the Human Races*. Tradução de Adrian Collins. Londres: Heinemann, 1915. Disponível em: <https://archive.org/stream/inequalityofhuma00gobi#page/n3/mode/2up>. Acesso em: 23 dez. 2023.

GOMES, Heloisa Toller. *O negro e o romantismo brasileiro*. São Paulo: Atual, 1988.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2007.

INKPIN, Sally Cheryl. *Negrura, brançura e mestiçagem no imaginário literário brasileiro*. Salvador: Eduneb, 2019.

LUCCHESI, Dante. Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: LIMA, Ivana Stolze; CARMO, Laura do (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 151-180.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *A moreninha*. São Paulo: Ática, 1994.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MOUTINHO, Laura. *Razão, “cor” e desejo: uma análise comparada sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul*. São Paulo: Edusc, 2003.

QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. 2. ed. São Paulo: Terceira Margem, 2010.

REGO, José Lins do. *Menino de engenho*. 105. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2013.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

REIS, Roberto. Cânon. In: JOBIM, José Luís (org.). *Palavras da crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. 11. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

ROSA, Maria Eneida Matos da. *O malandro brasileiro: do fascínio ao rancor*. 2009. 217 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/1890>. Acesso em: 19 dez. 2023.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SKIDMORE, Thomas E. *Black into White: Race and Nationality in Brazilian Thought*.

Durham: Duke University Press, 1995.

SOMMER, Doris. Irresistible Romance: The Foundational Fictions of Latin America. *In*: BHABHA, Homi K. (ed.). *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 1990. p. 71-98.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 1994.

Recebido: 22 de maio de 2024 — Aprovado: 18 de novembro de 2024

Editores responsáveis:  
Rodrigo Lopes de Barros e Silvia Liebel